



202
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0312628-5

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravada: Edna Maria Santana da Silva

Advogado: José Omar de Melo Junior

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO/REEXAME. DIREITO HUMANO À SAÚDE. PORTADORA DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. DOENÇA: PSICOSE NÃO ORGÂNICA NÃO ESPECIFICADA - CID 10-F 29. MEDICAÇÕES: TEGRETOL CR E RISPERIDONA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. REDUÇÃO DA MULTA IMPOSTA POR APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AGRAVADA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA - EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. RECURSO DE AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE, DE FORMA INDISCREPANTE.

1. De acordo com o disposto na Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial.

2. No caso em concreto, a pretensão da agravada encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a sua condição de hipossuficiência, a comprovação da enfermidade e a necessidade do medicamento pleiteado.

3. Ao contrário do alegado pelo recorrente, a indicação dos medicamentos não surgiu por opção paciente, ora recorrida, mas sim, por prescrição, devidamente



Lo 3
9

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

assinada por médica com especialização em psiquiatria, não merecendo guarida, portanto, o pedido de desvinculação da obrigação imposta ao Estado de fornecer o fármaco de marca específica.

4. Ademais, o recorrente não comprovou existir na lista de dispensação excepcional elaborada pelo Ministério da Saúde, quaisquer outras drogas que tenham o mesmo princípio ativo das medicações objeto da imposição a qual se insurge.

5. O fato de não restar devidamente comprovada a utilização dos medicamentos pleiteados como única alternativa terapêutica para o tratamento do mal portado pela autora/agravada, não mina a pretensão da verossimilhança do alegado.

6. No tocante a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, a insatisfação da agravante não merece acolhida, uma vez que ela se encontra amoldada aos termos do art. 20 § 4º do CPC.

7. Em relação à condenação da multa prescrita pelo juízo de piso deve ser modificada, aplicando-se o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, levando-se em conta o valor a ser despendido na compra da medicação, porém não ficando em um valor irrisório, descaracterizando assim, o objetivo da mesma.

8. No que concerne a condenação do Estado ao pagamento das custas processuais deve esta ser excluída tendo em vista que a agravada, beneficiária da justiça gratuita, não pagou a referida taxa, não cabendo, portanto, ser reembolsada.

9. Recurso de Agravo provido parcialmente para reduzir a multa pecuniária diária ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e excluir a condenação das custas processuais, mantendo a sentença de piso em relação aos demais termos.

10. Decisão unânime.



204
o

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo em Apelação/Reexame nº 0312628-5, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 03/10/2013, à unanimidade de votos, em dar-lhe provimento parcial, nos termos do relatório, voto e demais termos que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 03/10/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



205
82

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0312628-5

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravada: Edna Maria Santana da Silva

Advogado: José Omar de Melo Junior

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Reexame Necessário/Apelação Cível para combater decisão terminativa que manteve a sentença de piso na sua integridade.

A sentença proferida nos autos da Ação Ordinária de tobo 0028985-79.2010.8.17.0001, confirmou a decisão interlocutória, reconheceu a procedência do pedido formulado na inicial para conceder à autora, portadora de doença crônica incapacitante, transtorno psicótico agudo que comporta alucinações, CID 10 F29, o direito de receber gratuitamente o gênero fármaco conforme laudo acostado, quais sejam TEGRETOL CR 400mg e RISPERIDONA 6mg, sob multa diária de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) em caso de descumprimento, condenando ainda em custas processuais e honorários advocatícios no montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Irresignação mediante recurso de agravo às fls. 185/186, sob argumentação da não aplicação do art. 557 do CPC, vez que os seguintes pontos trazidos no seu apelo não foram apreciados:

1. A obrigação imposta ao Estado de fornecer medicamentos de marca específica não disponibilizada pelo SUS, e não pelo princípio ativo.
 2. Condenação de pagamento de honorários advocatícios desproporcionais à complexidade da causa;
 3. Pagamento das custas processuais que não foram antecipadas pela parte autora beneficiária da justiça gratuita;
 4. A exorbitância da multa diária aplicada, em confronto com o que dispõe o art. 461, § 4º do CPC.
- 1



206
d

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

207
2



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo em Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0312628-5

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravada: Edna Maria Santana da Silva

Advogado: José Omar de Melo Junior

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Busca o Estado, ora agravante, desconstituir a decisão terminativa, aduzindo não terem sido analisados todos os argumentos trazidos em seu apelo e, portanto, a fundamentação do art. 557 do CPC não é aplicável.

Pois bem, vemos que a lide versa sobre questões envolvendo direito a vida e a saúde, no tocante ao custeio de tratamento de saúde de pessoa carente, portadora de doença crônica incapacitante (psicose não orgânica não especificada) - CID 10-F 29, necessitando fazer uso das medicações TEGRETOL CR 400mg e RISPERIDONA 6mg, conforme cópia do laudo e receituário médico de fls. 25/26.

Tendo em vista que constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência constitucional indissociável do direito à vida, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio Sodalício:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Por sua vez, no que diz respeito ao pedido de desvinculação da obrigação imposta de marca específica não merece guarida. Ao contrário do alegado pelo recorrente, a indicação dos medicamentos não surgiu por opção da parte autora/recorrida, mas sim, por prescrição, conforme cópia de receituário acostado às fls. 26, devidamente assinado por médica com especialização em psiquiatria.

Ademais, apesar do requerimento, o recorrente não comprovou existir na lista de dispensação excepcional elaborada pelo



208
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ministério da Saúde, quaisquer outras drogas que tenham o mesmo princípio ativo das medicações objeto da imposição a qual se insurge.

Da mesma forma, tenho que o fato de não restar devidamente comprovada a utilização do medicamento pleiteado como única alternativa terapêutica para o tratamento do mal portado pela autora/agravada, não mina a pretensão da verossimilhança do alegado.

Notadamente, é insustentável tal alegação, pois a prescrição do fármaco foi assinada por médica especialista, que detém a estratégia de ataque da enfermidade, sendo detentora dos conhecimentos necessários para debater a doença e seus efeitos.

A escolha de determinado medicamento ou tratamento não implica, necessariamente, que produzirá os efeitos pretendidos, até porque é indefensável afirmar que todos os seres humanos reagem da mesma forma e intensidade diante de uma mesma substância. A prescrição de um tratamento apenas oferece a expectativa de que, na situação concreta em que manejada, produza ao máximo os efeitos almejados, circunstância que não a desqualifica como prova pré-constituída.

Com efeito, mesmo que as medicações indicadas não estejam constando na lista de fornecimento da Portaria do Ministério da Saúde, entendo que é infundada tal negativa baseada em procedimentos burocráticos. Ora, colaciono precedente do STJ, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO. CÂNCER. DIGNIDADE. 1. A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento. Precedentes: RMS 17449/MG DJ 13.02.2006; RMG 17425/MG, DJ 22.11.2004; RMS 13452/MG, DJ 07.10.2002. 2 (omissis). 3. (omissis) 4. As normas burocráticas não podem ser erguidas como óbice à obtenção de tratamento adequado e digno por parte do cidadão carente, em especial, quando comprovado que a medicação anteriormente aplicada não surte o efeito desejado, apresentando o paciente agravamento em seu quadro clínico. Precedente: RMS 17903/MG Relator Ministro Castro Meira, DJ 20.09.2004. 5 Recurso Ordinário provido (STJ, ROMS 20335/PR. Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, 07.05.2007).



209
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A recusa por parte do Estado em vista dos medicamentos não constarem no programa de Política de Assistência Social Farmacêutica e por não ser previsto seu fornecimento no âmbito do Programa de Medicamentos Excepcionais do SUS, não pode encontrar guarida diante da jurisprudência dos Tribunais Superiores, bem como desta Corte de Justiça, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal acima já mencionada.

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono os arestos seguintes:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO. 1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ. 2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde. 3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda)".

"RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. 1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna. 2. Configurada a necessidade da recorrida de ver atendida a sua pretensão posto legítima e constitucionalmente garantida, uma vez assegurado o direito à saúde e, em última instância, à vida. A saúde, como de sabença, é direito de todos e dever do Estado. 3. Proposta a ação objetivando a condenação dos entes públicos ao fornecimento gratuito dos



210
J

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

medicamentos necessários ao tratamento de insuficiência renal crônica, resta inequívoca a cumulação de pedidos posto umbilicalmente interligados o tratamento e o fornecimento de medicamento. É assente que os pedidos devem ser interpretados, como manifestações de vontade, de forma a tornar o processo efetivo, o acesso à justiça amplo e justa a composição da lide. Precedentes: REsp 625329 / RJ, Ministro LUIZ FUX, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 23.08.2004; REsp 735477 / RJ, Ministra ELIANA CALMON, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 26.09.2006; REsp 813957 / RJ, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 28.04.2006.4. A decisão que ante a pretensão genérica do pedido defere tratamento com os medicamentos consecutórios, não incide no vício in procedendo do julgamento ultra ou extra petita.5. Recurso especial desprovido."(REsp 863240/RJ, Relator Ministro Luiz Fux).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

E M E N T A: PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não



911
2


Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes."

É de se ressaltar que o dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, caracterizando-se, pois como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

Tratando-se da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios tenho que não merece acolhida a insatisfação da agravante, uma vez que entendo bem moldado aos termos do art. 20 § 4º do CPC.

Em relação a condenação da multa prescrita pelo juízo de piso deve ser modificada, aplicando-se o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, levando-se em conta o valor a ser despendido na compra da medicação, porém não ficando em um valor irrisório, descaracterizando assim, o objetivo da mesma.





212
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Sabemos que a aplicação da multa na concessão da tutela antecipada é encontrada em nosso ordenamento jurídico no art. 461, § 5º do CPC que assim prevê:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento

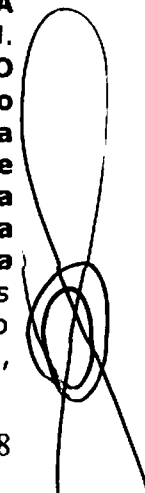
§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

A verdade é que a função das astreintes é vencer a obstinação do devedor ao cumprimento da obrigação, seja ela de fazer ou não fazer, incidindo a partir da intimação do obrigado e da sua recalcitrância.

Vemos que o objetivo não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória, para que o devedor ache preferível cumprir a obrigação na forma específica do que paga-la.

Entendo que a multa diária deve ser aplicada mesmo contra a fazenda pública, pois se mostra razoável em função da gravidade da doença que acomete a paciente, ora agravada, sendo amplamente aceita pela jurisprudência pátria em casos análogos, senão vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. IDOSO. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. 1. O entendimento pacífico desta Corte Superior é no sentido de que é possível ao juiz - ex officio ou a requerimento da parte - em casos que envolvam o fornecimento de medicamentos a portador de doença grave, determinar a imposição de multa cominatória (astreintes) contra a Fazenda Pública, objetivando o efetivo cumprimento da determinação judicial. 2. Nesse sentido, os seguintes precedentes: REsp 854.283/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 18.9.2006, p. 303; REsp 775.233/RS, 1ª Turma,





213
d

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 1º.8.2006, p. 380; REsp 804.107/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 5.6.2006, p. 252; REsp 821.033/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.4.2006, p. 194; REsp 796.215/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 1º.2.2006, p. 464. 3. Desprovisamento do agravo regimental. (AgRg no REsp 963416/RS, Relatora: Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, Data da Publicação: DJe 11/06/2008)." (grifei)

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANEURISMA CEREBRAL. MEDICAMENTOS. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA POR MAIORIA. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. Preliminar de ausência de prova pré-constituída: rejeitada por unanimidade, em virtude da confusão com o próprio mérito do mandamus. Constata-se a comprovação por parte da Impetrante da necessidade do uso do fármaco TRILEPTAL (OXCARBAZEPINA) 600 mg, uma vez que tal diagnóstico foi proferido por médico especialista na área da patologia de que a Impetrante é acometida. Ainda assim, a saúde é um direito de todos, sendo, conseqüentemente, um dever estatal a sua efetivação. Trata-se de um tema diretamente relacionado à dignidade da pessoa humana e ao direito à igualdade, os quais pressupõem o Estado-garantidor, incumbindo de assegurar o mínimo de condições básicas para o indivíduo viver e se desenvolver. Portanto, cabe ao Estado assegurar o direito à saúde nessa situação devendo promover políticas sócio-econômicas destinadas a possibilitar o acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (CF, art. 196). Entretanto, com relação às demais medicações pleiteadas em sede mandamental, quais sejam: SINVASTATINA 20mg, RIVOTRIL 0,5mg, ABLOK PLUS 50mg, CALTRATE 600+D e OMEPRAZOL 40mg, não se vislumbra a necessidade de obtenção das mesmas, uma vez que a Impetrante não comprovou a necessidade do uso dos demais fármacos, ante a ausência de declaração de médico competente de serem tais medicamentos imprescindíveis ao tratamento. **Com relação à multa majorada para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que o Estado cumprisse a liminar deferida, o STJ tem jurisprudência pacífica que, nos casos de não concessão de medicamento, cabe a qualquer instante a fixação de astreinte, de ofício, pelo magistrado, pois se trata de meio coativo de forçar o devedor, inclusive contra a Fazenda Pública.** Agravo Regimental interposto pelo Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco: prejudicado. Em virtude da manutenção do entendimento da liminar, esvaziou-se o objeto da interposição do Agravo Regimental n. 0162788-7/01, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois os fatos que o agravante visa obstar tornaram-se consumados. Houve, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal. À unanimidade dos votos, o Grupo rejeitou



214

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

a preliminar de ausência de prova pré-constituída e, no mérito, por maioria, concedeu parcialmente a segurança a fim de que seja fornecido à impetrante apenas o medicamento Trileptal 600 mg, ficando fixada a multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento, ficando prejudicados os Agravos Regimentais nº 162788-7/01 e 162788-7/02. (Agravamento Regimental nº 162788-7/01, Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Data do julgamento: 9/4/2008)". (grifei)

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Aplicação da Súmula 211/STJ. 2. **Revela-se possível a imposição de multa cominatória (astreintes) com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer da Fazenda Pública, consistente no fornecimento de medicamentos.** Precedentes do STJ. 3. A análise da matéria trazida demanda revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Incide o óbice consubstanciado na Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não provido. (REsp 1183180 / ES RECURSO ESPECIAL 2010/0039655-2 Ministro HERMAN BENJAMINSEGUNDA TURMA. Julgamento: 15/04/2010. Publicação: DJe 19/05/2010)". (grifei)

Diante dessas considerações reduzo a multa imposta em desfavor do Estado, ora agravante, para o valor diário de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Já em relação a condenação do Estado ao pagamento das custas processuais entendo que esta deve ser excluída tendo em vista que a autora, ora agravada, beneficiária da justiça gratuita, não pagou a referida taxa, não cabendo portanto, ser reembolsada.

Neste tema temos alguns julgados do Colendo STJ e desta Corte. Senão Vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA PELA UNIÃO PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. DESPESAS POSTAIS DE CITAÇÃO. PRÉVIO PAGAMENTO. INEXIGIBILIDADE. 1. A Primeira Seção/STJ, ao apreciar o REsp 1.107.543/SP (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 26.4.2010) e o REsp 1.144.687/RS (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 21.5.2010) — ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, **pacificou entendimento no sentido de que, quanto às custas efetivamente estatais, goza a Fazenda Pública Federal de isenção, devendo apenas, quando vencida, ressarcir as despesas que tiverem sido antecipadas pelo**



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

particular, sendo que "a isenção do pagamento de custas e emolumentos e a postergação do custeio das despesas processuais (artigos 39, da Lei 6.830/80, e 27, do CPC), privilégios de que goza a Fazenda Pública, não dispensam o pagamento antecipado das despesas com o transporte dos oficiais de justiça ou peritos judiciais, ainda que para cumprimento de diligências em execução fiscal ajuizada perante a Justiça Federal". Ressalte-se que, ainda que se trate de execução fiscal promovida pela União perante a Justiça Estadual, subsiste a isenção referente às custas processuais e emolumentos. 2. Nesse contexto, considerando que a Fazenda Pública não está obrigada ao pagamento das custas, é inexigível o prévio adimplemento do montante equivalente às despesas postais, para fins de citação em execução fiscal. 3. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1264637 PR 2011/0158163-3, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 18/08/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/08/2011)."

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR PROFERIDA COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. INTERNAMENTO EM UTI DE HOSPITAL DA REDE PRIVADA - INDISPONIBILIDADE DE LEITOS NA REDE PÚBLICA - URGÊNCIA DEMONSTRADA - MENOR IMPÚBERE ACOMETIDO DE MOLÉSTIA GRAVE - DEVER DO ESTADO À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS SEUS CIDADÃOS - ART. 196, DA CF/88 - CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NAS CUSTAS PROCESSUAIS - IMPOSSIBILIDADE NA PRESENTE SITUAÇÃO - AUTOR BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - RECURSO DE AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE. 1. A obrigação do Estado-membro de prestar adequadamente os serviços de saúde constitui encargo solidário, exigível e oponível a qualquer das pessoas públicas componentes da Federação, não se tornando necessário à participação dos demais entes políticos. 2. A saúde é direito fundamental garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal, desta feita, é dever do Estado garantir o fornecimento de medicações necessárias à manutenção da saúde dos administrados. 3. Restou configurada a urgência para a internação de menor impúbere em UTI da rede privada, ante a ausência de leitos disponíveis na rede pública. 4. **É posicionamento assente que a fazenda pública goza de isenção de custas processuais, devendo apenas reembolsar, quando vencida, as que foram antecipadas pelo particular, caso não tenha se utilizado das benesses da justiça gratuita.** 5. Recurso de agravo provido parcialmente. 6. Decisão unânime. (TJ-PE - AGV: 2473136 PE 0012759-65.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 09/08/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 17/08/2011)."



216
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Sendo assim, ante as razões expendidas, voto pelo provimento parcial do presente Agravo para reduzir a multa pecuniária diária ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e excluir a condenação das custas processuais, mantendo a sentença de piso em relação aos demais termos.

É como voto.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator